



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Of. Circ. 092/2008-CJRM

Belém, 15 de julho de 2008.

Senhor(a) Oficial,

Para efeito de subsidiar inspeção do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sobre o efetivo cumprimento da Resolução nº 20, de 29.08.2006, que estatui a vedação de contratação, como preposto, de pessoas com vínculo de consaguinidade ou afinidade com autoridade judiciária que desempenhe atividade de corregedoria nos serviços notariais e registrais, sirvo-me do presente para requerer a essa serventia informações acerca de eventual existência de vínculo de V. Sa. e de seus empregados com membros do Poder Judiciário Estadual, na condição de cônjuge, companheiro ou parente, natural, civil ou afim, na linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Dada a exigüidade do tempo para a prestação das informações, solicito que a resposta seja dada a esta Corregedoria no prazo de 05 (cinco) dias, utilizando-se do modelo de declaração que segue em anexo, a qual deverá ser preenchida e assinada por todos os integrantes da serventia e devolvidas conjuntamente .

Atenciosamente,


Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém